

CLIPPING

24 de Setembro de 2019
Diário do Pará – Pará, 03.

Comitê para educar paraenses financeiramente deve ser criado

Solicitação já foi feita ao governador Helder Barbalho. Quase 60% das pessoas no Estado têm algum tipo de dívida com instituições financeiras

Tiago Furtado

Cerca de 58,6% dos paraenses possuem algum tipo de dívida junto a instituições financeiras, segundo dados da Federação do Comércio do Estado do Pará (Fecomércio/Pa). Esse alto índice de endividados fez com que a defensoria Pública do Estado, em parceria com o Grupo de Educação Financeira da Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), apresentasse uma proposta de criação do Comitê Estadual de Educação Financeira, a fim de promover mais políticas públicas na área da educação financeira, em busca da redução desses índices, para fortalecer a economia e o consumo consciente.

Na manhã de ontem, o grupo fez a assinatura do ofício que será encaminhado ao governador Helder Barbalho, com o pedido de que seja decretada a criação do comitê que possa fazer um trabalho de educação, do ensino básico ao superior, para conscientizar a população.

BANCOS

O defensor público Cássio Bitar afirma que 43% das demandas existentes na Defensoria Pública do Estado estão relacionadas a dívidas junto aos ban-

cos e outras instituições financeiras. Para ele, com a criação do comitê, pode ser montada uma estratégia de maior educação financeira junto aos paraenses. “Hoje estamos formalizando a assinatura do encaminhamento ao governador do Estado de uma proposta de decreto que vai desenvolver uma estratégia de educação financeira para tentar trabalhar com as atuais e futuras gerações desde a base. Hoje, as pessoas não sabem lidar com crédito, seja cartão de crédito ou cheque especial, e o resultado é um superendividamento que gera um alto índice de inadimplência”, explicou.

Além da educação financeira, o grupo também pretende definir planos, programas e ações por meio de parcerias junto a órgãos públicos e instituições privadas, garantindo assim uma maior eficiência e solidez do sistema financeiro estadual. “Quando você pensa em estratégia de educação financeira é justamente para o cidadão se reinventar enquanto consumidor e tomador de crédito. Uma vez aprovada, a estratégia de educação financeira vai consistir

“

As pessoas não sabem lidar com crédito (...) Uma vez aprovada, a estratégia de educação financeira vai consistir na atuação junto às escolas, universidades e órgãos de defesa do consumidor”

Cássio Bitar, defensor público

na atuação junto às escolas, universidades e órgãos de defesa do consumidor”, completou Cássio Bitar.

O defensor público também destacou que, de acordo com o Banco Central do Brasil, entre todos os 27 estados

da Federação, o Pará aparece em décimo lugar no ranking quando se trata de estados com mais endividados.

Além de Cássio Bitar, entre os integrantes que assinaram a proposta que será enviada ao governa-

dor do Pará estão também o promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, César Bechara; a desembargadora Dahil Paraense de Souza; e o coordenador do Grupo de Educação Financeira da Amazônia, Alexandre Damasceno.



O ofício foi assinado pela Defensoria Pública junto com a UFPA
FOTO: RICARDO AMANAJÁS